

***A Companhia Eléctrica das Beiras*
e o aproveitamento hidroeléctrico do rio Mondego¹**

João J. M. Figueira

Introdução

No processo de electrificação nacional, em curso ao longo do século XX, teve um papel maior o esforço realizado pelas empresas eléctricas nacionais no aproveitamento dos recursos hidroeléctricos do País.

Iniciado ainda em finais do século XIX, o aproveitamento dos recursos hídricos para a produção de electricidade sofreu um significativo incremento ao longo do século seguinte, particularmente a partir dos anos 40, quando o Estado chamou a si o encargo de concretização de numerosos aproveitamentos através de empresas em que se fazia representar. Numa primeira fase merecem realce as empresas *Hidro-Eléctrica do Zêzere* e a *Hidro-Eléctrica do Cávado*, constituídas em 1947; posteriormente, já no decorrer dos anos 50, e ainda contando com a participação accionista do Estado, foi também constituída a *Hidro-Eléctrica do Douro*.

Se a estas empresas coube o papel decisivo no estabelecimento de centros produtores hidroeléctricos em alguns dos rios de maior potencial, respectivamente nos rios Zêzere, Cávado e Rabagão, e no rio Douro, outras houve, mas no sector privado, que procuraram assumir igual protagonismo no aproveitamento desses mesmos e de outros rios, sem contudo terem atingido os mesmos resultados.

De entre as iniciativas de empresas particulares envolvidas no aproveitamento hidroeléctrico dos rios portugueses merecem destaque as desenvolvidas pela *Empresa Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela*, no rio Alva; pela *Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo*, na ribeira de Nisa; pela *Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal*, no rio Ave e no rio Varosa; pela *Sociedade Industrial de Penteação e Fiação de Lãs, Lda*, na ribeira de Alforfa; pela *Electra del Lima*, no rio Lima; pela *Hidro-Eléctrica Portuguesa*, no rio Cabrum; pela *Empresa Hidro-Eléctrica do Corvete*, no rio Bugio; ou pela *Companhia Eléctrica das Beiras*, no rio Unhais. De todas estas, o aproveitamento que a *Electra del*

¹ Este texto é provisó rio pelo que qualquer referência que lhe for feita deverá referir esse facto.

Lima explorava no rio Lindoso, no concelho de Ponte da Barca, era o maior. Mas para o “interesse” português esta não era uma situação agradável uma vez que esta empresa era de capitais espanhóis, o que comprometia, de certa forma, o interesse nacional.

Em Setembro de 1943 entrou em actividade, aquele que era até então, o maior aproveitamento hidroeléctrico de empresas portuguesas, a barragem de Santa Luzia, no rio Unhais, afluente da margem direita do rio Zêzere, construída pela *Companhia Eléctrica das Beiras* (CEB). Estatuto de que gozou até à entrada em funcionamento da barragem de Castelo de Bode, em Janeiro de 1951.

A CEB era uma empresa sediada em Coimbra, e tinha interesses nas áreas dos distritos de Coimbra, Leiria, Guarda e Castelo Branco, aonde explorava, em finais dos anos 40 concessões de distribuição de energia eléctrica em diversos concelhos. Possuía, para além do referido aproveitamento hidroeléctrico de Santa Luzia, a central da Nossa Senhora da Ermida, na ribeira de São João, afluente da margem esquerda do rio Ceira, este, por sua vez, afluente da margem esquerda do rio Mondego.

De reduzida capacidade produtora esta empresa via-se obrigada a recorrer, através da interligação com a rede de outras empresas, à compra de energia eléctrica para assegurar um regular abastecimento à sua própria rede eléctrica. Estando em ampla expansão no decorrer dos anos 40, nomeadamente através do alargamento da sua área de concessão e da sua participação - juntamente com a *Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo* e a *Companhias Reunidas Gás e Electricidade* -, na constituição de uma nova empresa, a *Sociedade Eléctrica do Oeste*, a quem caberia a concessão da distribuição na maior parte dos concelhos do distrito de Leiria e de parte do de Lisboa, vê-se na necessidade de proceder a estudos para a construção de novos centros produtores.

Como a sua área de acção era o centro do país, tornou-se quase inevitável que a sua atenção se virasse e se concentrasse no rio Mondego, o grande rio desta região cuja bacia hidrográfica estava praticamente inexplorada. Sem grande empenhamento no início dos anos 40 quando faz o primeiro pedido para a construção de uma central hidroeléctrica no rio Mondego², a CEB vai, a partir do final dos anos 40 e nas décadas seguintes, apostar a sua afirmação regional e nacional no sector eléctrico na obtenção da concessão do aproveitamento hidroeléctrico do rio Mondego.

Nunca a obterá, uma vez que a orientação para o sector, e em particular para o rio Mondego – porque o objectivo era proceder a um aproveitamento de fins múltiplos (produção de energia, rega e regularização do caudal do rio) -, apontava para uma solução em que o Estado participasse, nomeadamente através das empresas eléctricas de que era accionista. Caberia à *Hidro-Eléctrica do Zêzere*, que tinha igualmente requerido o aproveitamento deste rio, a obtenção do direito a nele estabelecer centrais produtoras.

² A prioridade dos investimentos ia então para a construção da central de Santa Luzia.

Esse direito, por sua vez, acabou por ser assumido pela *Companhia Portuguesa de Electricidade*, constituída no final de 1969 pela fusão das empresa da chamada “rede primária”, de que faziam parte as empresa participadas pelo Estado; para além da *Hidro-Eléctrica do Zêzere*, a *Hidro-Eléctrica do Cávado*, a *Hidro-Eléctrica do Douro*, a *Empresa Termoeléctrica Portuguesa* e a *Companhia Nacional de Electricidade*.

Caberia a esta empresa iniciar as obras daquela que viria a ser a barragem da Aguieira, construída alguns quilómetros a montante da vila de Penacova, mas a sua conclusão, bem como os centros produtores complementares deste e novos aproveitamentos, só aconteceria por acção da empresa resultante da nacionalização do sector eléctrico em 1975, a *Electricidade de Portugal* - EDP que a veio a inaugurar em 1981.

A CEB apesar de não ter construído nenhum aproveitamento no rio Mondego foi, pelo menos, responsável pelo seu estudo detalhado nos anos 40 e 50, estudos esses que viriam a ser muito úteis a projectos posteriormente aí desenvolvidos.

A compreensão do processo e realizações tendentes a proceder ao aproveitamento do rio Mondego têm, necessariamente, de apreciar o papel da CEB.

1. O rio Mondego e o seu aproveitamento: breve história

O rio Mondego nasce nas encostas da Serra da Estrela, no concelho de Gouveia, no sítio de Corgo das Mós, a uma altitude de cerca de 1 450 metros.

Ao longo do seu percurso de 227 Km até à Figueira da Foz, aonde desagua, recebe ainda as águas da sua bacia hidrográfica que no total ocupa uma superfície de 6 644 Km² - dos quais 4 950 correspondem à área a montante da cidade de Coimbra -, repartidos pelos distritos da Guarda, Viseu, Coimbra, Aveiro e Leiria, através dos seguintes concelhos:

a) distrito da Guarda – Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Seia e Trancoso;

b) distrito de Viseu – Carregal do Sal, Mangualde, Mortágua, Nelas, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Satão, Tondela e Viseu;

c) distrito de Coimbra – Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, poiares, Soure e Tábua;

d) distrito de Leiria – Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pombal;

e) distrito de Aveiro – Mealhada;

Do conjunto de dezenas de cursos de água que alimentam o seu caudal, considerando desde pequenas ribeiras a extensos rios, merecem especial destaque os seus três principais afluentes, considerando a superfície de bacia³:

³ Com algum significado pode considerar-se ainda o rio Arunca, afluente da margem esquerda, com cerca de 53 Km de extensão, a jusante de Coimbra.

1 – o rio Dão, com 1 381 Km², e um percurso de cerca de 90 Km, afluente da margem direita, que tem por sua vez um afluente com um caudal com algum significado, o rio Pavia;

2 – o rio Ceira, com 740 Km², e uma extensão de cerca de 82 Km, afluente da margem esquerda;

3 – o rio Alva, com 691 Km² e um percurso de cerca de 107 Km, afluente da margem esquerda;

O conjunto formado pelo rio Mondego e os seus três principais afluentes constitui a maior bacia hidrográfica exclusivamente nacional capaz de ser objecto de aproveitamento integral pelos interesses económicos do país, uma vez que nos outros grandes rios nacionais – Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana – parte significativa das suas bacias hidrográficas são território espanhol.

Atravessando o rio Mondego praticamente todo o centro do país, da fronteira até ao litoral, e banhando a cidade porventura mais importante desta região – Coimbra -, bem como os importantes terrenos agrícolas a jusante desta cidade, na zona de Montemor-o-Velho até à Figueira da Foz, cedo se tornou objecto de atenção por parte do poder no sentido de dele tirar o melhor aproveitamento, ou no de minimizar os seus, muitas vezes, efeitos nefastos.

O regime do Mondego, de características torrenciais, resulta do acidentado da bacia e dos acentuados declives do seu percurso, aliados a uma forte pluviosidade no Outono e no Inverno, e dos degelos da Serra da Estrela e do Caramulo, criando caudais de acentuada diversidade, podendo variar entre os mais de 4 000 metros³/segundo – registados diversas vezes em períodos de acentuada pluviosidade, como aconteceu no Inverno de 2001 -, e apenas o 1 metro³/segundo, no pino do Verão.

A par dos grandes declives e das fortes chuvadas, a cultura cerealífera e o descontrolada pastorícia nas zonas a montante do rio Mondego, em solos por vezes facilmente degradáveis, provocou intensa erosão, que trouxe aos troços mais baixos do rio, a jusante de Coimbra os visíveis efeitos de assoreamento.

Esta situação foi desde à séculos observada e procurou-se obviar a este conjunto de malefícios através de disposições para proteger o rio Mondego. Por carta régia de 22 de Julho de 1461, datada de Tentúgal, D. Afonso V proibia as queimadas nas vertentes, de Coimbra a Seia, com o intuito de reduzir os males da erosão e, por isso, a deposição de sedimentos nos campos do baixo Mondego. Não terá sido por acaso que aquela carta foi datada de Tentúgal e nela influiria o forçado abandono dos Conventos de Sant` Ana, da São Francisco e de Santa Clara (a Velha) na margem esquerda e de São Domingos na margem direita, sucessivamente construídos e tornados inabitáveis entre os séculos XIII e XIV. O de Santa Clara, construído cerca de 1330 e o único que chegou aos nossos dias, foi logo afectado por enorme cheia poucos meses após a inauguração da Igreja.

Cerca de oitenta anos depois, em 1540, D. João III de novo se preocupa com o Mondego e manda proceder ao “emparedamento ao longo de Coimbra”.

Em 1565 é o Cardeal D. Henrique que determina o “encanamento do rio” e a construção de oito marachões. Mas, ou porque as obras não permitiram os resultados desejados, ou não terão mesmo chegado a realizar-se, em 1627 faz-se nova tentativa para estudo do encanamento, que volta a repetir-se em 1684.

A obra é finalmente posta em execução dez anos depois, criando-se para o efeito a «Superintendência do Mondego». Os trabalhos prosseguiriam em 1695, e a Câmara de Coimbra tinha tal interesse neles que veio a participá-los com 500 mil réis. Tinham passado 130 anos sobre a determinação do Cardeal D. Henrique, e 230 sobre a carta régia de D. Afonso V relativa à protecção das vertentes.

De qualquer modo, os resultados devem ter sido insuficientes, pelo que, em 1708, se determina a demolição das ínsuas formadas pelo rio, e se fixa a largura a dar ao leito do rio, mandando executar obras de desentulho e construir muros marginais no “rio velho” a jusante de Geria (localidade alguns quilómetros a jusante de Coimbra, a meio caminho de Tentúgal). Não foi ainda desta ...

Em 1791 voltava a afirmar-se ter o rio chegado ao último estado de perdição e abandono e determinam-se obras do maior significado, confiadas então à direcção do Padre Estevão Cabral, que gozava de fama de hidráulico eminente e a quem terão sido dados poderes bastantes latos para debelar o problema.

Nas décadas seguintes a conjuntura política e económica não foi de molde a grandes realizações, pelo que os avanços foram ténues. Em 1822, por determinação das Cortes, foi confiada às Câmaras Municipais a conservação e reparação das valas antigas, cabendo à direcção ou superintendência do Mondego apenas a abertura de “novas”. Mas as coisas não terão corrido muito bem, levando à promulgação do decreto regulamentar em 1824 e à nomeação do superintendente Guilherme de Carvalho.

Passam os anos, e em 1841 é criada a «Direcção das Obras Públicas do Mondego», pois continuava a afirmar-se “que os campos não melhoravam, todos os dias sofriam nova depreciação, o estado do rio agravava-se, a saúde pública piorava, e a cobrança de impostos ... tornava-se inexequível”.

Sucedem-se as “Direcções” e “Comissões” até que em Agosto de 1856 se cria uma grande associação – a «Associação Agrícola dos Campos do Mondego» -, para construir, conservar, policiar e administrar todas as obras do rio, seus afluentes, valas e campos adjacentes. Não conseguiu grandes resultados e acabou por ser dissolvida em Dezembro de 1867. Tinham passado cerca de 400 anos desde a carta régia de D. Afonso V.

No seguimento das medidas promulgadas desde 1461, Adolfo Loureiro apresentou, em Fevereiro de 1873, o seu projecto de melhoramento do Mondego e principais afluentes, que viria a melhorar posteriormente com o melhoramento dos rios de Maiorca e Fôja e respectivos campos.

Já no século XX, por Lei de 29 de Novembro de 1919, foi criada a «Junta do Rio Mondego», com sede em Coimbra, destinada à correcção do regime do rio Mondego e à defesa e melhoramento dos campos abrangidos na sua bacia.

Embora extinta e substituída pela «Confederação Sindical Hidrográfica do Mondego, em Outubro de 1927, veio a manter-se em actividade até 1936, data em que – 17 anos depois de criada – submeteu a apreciação o seu plano de defesa dos campos de Coimbra.

Partindo deste plano e do pressuposto de que o remédio para os campos do Mondego reside “na criação de grandes albufeiras de retenção e regularização de caudais, estabelecidas por forma a que eliminem as causas dos males e não permitam que, em caso algum, afluam ao vale escoamentos superiores àqueles que um adequado e económico sistema de diques possa manter dentro dos leitos”, considerava Trigo de Morais, em 1940. Apontava-se então para a criação de quatro albufeiras, concretamente:

- no Ceira, em Góis;
- no Alva, em Fronhas;
- no Mondego, em Senhora da Ribeira;
- no Dão, em Foz-Dão;

Estas albufeiras teriam um armazenamento total da ordem dos 642 milhões de metros cúbicos, dos quais seriam reservados 90 milhões (8,6%) para acumular os sedimentos ou caudais sólidos arrastados das bacias de recepção. A capacidade de assoreamento então prevista, da ordem dos 16, 19 e 21 milhões de metros cúbicos, respectivamente para o rio Ceira, Alva e Dão, e dos 36 milhões para o Mondego, estaria saturada ao fim de 75 anos no Dão, de cerca de 100 no rio Alva e Mondego, e de 270 no Ceira.

Com a criação daquelas albufeiras e das obras complementares necessárias, tinha-se em vista, nomeadamente, os seguintes objectivos:

- 1) redução dos caudais de cheia possíveis da ordem dos 4 000 metros cúbicos/segundo para os 1 500, que já não ofereceriam perigoso;
- 2) conseqüente possibilidade económica de defesa dos campos de Coimbra por meio de diques;
- 3) produção anual de energia superior a 287 milhões de Kwh;
- 4) enxugo dos campos até à Figueira da Foz pelo recurso a energia eléctrica abundante e barata;
- 5) elevação do caudal de estiagem de mínimos inferiores a 1 metro cúbico/segundo para a média diária não inferior a 30 metros cúbicos/segundo;
- 6) rega de 15 000 hectares no baixo Mondego e 35 000 de Cantanhede ao Vouga;
- 7) possível criação da indústria do amoníaco em Coimbra, com base em energia eléctrica disponível e a baixo preço;

Terá sido a partir daí e pensando “no elevado interesse da bacia nos pontos de vista da produção de energia eléctrica e de rega e na existência de problemas importantes de regularização do leito do rio, de defesa e de enxugo dos campos marginais” que, por despacho do ministro Arantes e Oliveira, de Julho de 1952, é determinado o estudo de valorização e aproveitamento integral da bacia do Mondego.

Em Fevereiro de 1958, apoiado no parecer do «Conselho Superior de Obras Públicas», novo despacho do mesmo ministro pormenoriza as acções a desenvolver, dentro dos seguintes princípios:

1) aproveitamento integral da bacia do Mondego a montante da foz do rio Ceira (cerca de 1 quilómetro a montante da cidade de Coimbra);

2) planeamento geral de regularização do leito, defesa, enxugo e rega dos campos a jusante de Coimbra, e correcção torrencial, incluindo revestimento florestal e outras medidas de defesa contra a erosão, nas bacias do Mondego e seus afluentes;

3) projecto definitivo do aproveitamento da Aguieira, que constituirá o primeiro o primeiro escalão a realizar, e das obras que preencherão a 1.^a fase dos planos gerais anteriormente referidos;

A CEB havia entretanto elaborado, no decorrer dos anos 50, o seu plano geral de aproveitamento dos recursos hidráulicos do rio Mondego, chegando a duas hipóteses, que permitiriam satisfazer, entre outros, os seguintes objectivos:

a) produção permanente de cerca de 650 milhões de Kwh de energia eléctrica;

b) assegurar o caudal de estiagem necessário para a rega de 16 000 hectares de terras desde Cantanhede ao Vouga;

c) regularizar as cheias e evitar a inundação dos campos a jusante de Coimbra, pela utilização de 50% da capacidade das albufeiras da parte inferior da bacia;

d) reter os caudais sólidos transportados pelo Mondego e seus afluentes, Dão e Alva;

e) abastecer com água para usos domésticos a população de 21 concelhos dos distritos da Guarda, Viseu e Coimbra (mais de 500 000 pessoas);

Aquelas duas hipóteses consideravam a criação de 6 ou 8 albufeiras, com as características seguintes:

- Hipótese I	Escalão	Bacia (Km2)	Potência (MW)	Produção (1000 Kwh)
	Asse-Dasse	180	90	229
	Vila Soeiro	85	8	22
	Girabolhos	780	38	103
	Ervedal I	220	20	54
	Foz-Dão	1 900	50	122
	Alva	644	12	35

Pode ainda salientar-se a capacidade útil para rega dos aproveitamentos de Girabolhos e de Foz-Dão, respectivamente de 120 e 150 milhões de metros cúbicos de água.

- Hipótese II ⁴	Escalão	Bacia (Km2)	Potência (MW)	Produção (1000 Kwh)
	Ázere	410	26	73
	Caneiro	100	12	31
	Dão	1 384	20	41
	Ervedal II	210	18	47

Destes aproveitamentos o de Ázere era o que tinha uma capacidade de armazenamento para rega com mais significado, no caso 85 milhões de metros cúbicos.

Em 1966 atendendo à necessidade de definir programas gerais para a utilização das diversas bacias hidrográficas, é publicado o decreto-lei n.º 47 240⁵, de modo a determinar quais os aproveitamentos economicamente viáveis e qual a ordem de realização a seguir das respectivas obras, que viria a seguir o caminho de entregar os estudos necessários às empresas concessionárias da rede primária. Nesta decisão pesava o conceito de que estas, pela sua natureza de “empresas de economia mista”, em ligação constante e perfeita com os serviços oficiais, permitiriam encarar com mais equilíbrio as soluções de interesse nacionais.

No estudo e aproveitamento da bacia do rio Mondego veio, assim, a integrar-se a *Hidro-Eléctrica do Zêzere*, e mais tarde, depois da fusão das empresas da rede primária, a *Companhia Portuguesa de Electricidade*⁶, que pôde dar seguimento e execução ao Plano anteriormente elaborado pela Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, e já então objecto de sucessivos pareceres dos órgãos a quem competiria pronunciar-se.

A polémica e controvérsia prolongada ao longo de cerca de uma década não impediu a tomada desta decisão. E foi-o, finalmente, porque num aspecto as opiniões convergiam: dadas as condições actuais existentes na região do baixo Mondego e o risco que se corre em ver avolumar os prejuízos resultantes do regime torrencial do rio, apresenta-se urgente o início das obras previstas⁷.

A construção da barragem da Agueira, 1.º escalão do aproveitamento do Mondego e situada a jusante da confluência do rio Dão, viria a ser incluída nas realizações do III Plano de Fomento, por decisão tomada pelo Conselho de ministros para os Assuntos Económicos, em 12 de Maio de 1970. A beneficiação da bacia do grande rio tornar-se-ia realidade já no governo de Marcelo Caetano e pelo grande interesse do ministro Rui Sanches⁸.

O projecto foi revisto e actualizado em 1971, e em meados do ano seguinte foram iniciados os trabalhos na barragem da Agueira, prevendo-se que o custo total atingisse os dois milhões de contos, a repartir entre o Estado e a *Companhia Portuguesa de Electricidade*⁹. A área da bacia

⁴ Para além dos escalões Asse-Dasse, Vila Soeiro, Girabolhos e Alva, com características iguais aos indicados na *Hipótese I*.
⁵ De 6 de Outubro de 1966.

⁶ Nos termos do decreto-lei n.º 49 211, de 27 de Agosto de 1969.

⁷ Parecer n.º 22 – 8, da Câmara Corporativa, remetido à Assembleia Nacional.

⁸ Ambos os governantes tinham ligações a esta região, nomeadamente a Góis e a Arganil.

⁹ A *Companhia Portuguesa de Electricidade* custearia a parte do empreendimento correspondente à produção de energia eléctrica, sendo os gastos da parte relativa aos “outros fins” suportados pelo Estado.

dominada pela Aguieira seria da ordem dos 3 100 Km², sendo de 410 milhões de metros cúbicos a capacidade total da albufeira. Ao aproveitamento da Aguieira deveria seguir-se o do Alva, com um primeiro escalão no Mucelão, na freguesia de São Martinho da Cortiça (Arganil).

Em Outubro de 1973, o ministro das Obras Públicas, engenheiro Rui Sanches, adjudicou, por 473 200 contos, a empreitada de construção civil da barragem e da central hidroelétrica da Aguieira. O valor das empreitadas adjudicadas anteriormente, relativas a estradas de acesso, instalação do estaleiro, galeria de derivação provisória dos caudais do rio e seu equipamento ascendiam já a cerca de 70 000 contos. Os custos finais, por esta altura, apontavam já para um custo final da ordem dos 2 milhões e 300 mil contos, incluindo expropriações, indemnizações, restabelecimento de comunicações e os encargos financeiros previstos.

A montante do aproveitamento da Aguieira decorreram igualmente obras de regularização e complementaridade do Plano Geral do Aproveitamento do Mondego, como a construção da Ponte-Açude, em Coimbra. O concurso para a sua construção decorreu no início de 1976, tendo sido apresentadas 33 propostas, por oito firmas concorrentes, variando entre os 116 e os 250 mil contos.

Ainda em meados de 1976 foram aprovados os projectos das seguintes pontes e viadutos a construir na rede rodoviária nacional afectada pela albufeira da Aguieira:

- a) estrada nacional n.º 2, troço Chamadouro - Raiva (ponte do Cunhedo, sobre o Mondego);
- b) ponte de Foz-Dão, sobre o rio Dão;
- c) ponte de Alamaça, sobre a ribeira de Mortágua;
- d) passagem inferior para acesso a Raiva;
- e) viaduto junto a Raiva;
- f) estrada nacional n.º 2, troço Gestosa - Rojão Grande (ponte sobre o Dão, em Santa Comba Dão);
- g) ponte sobre a ribeira do Vimieiro;
- h) passagem inferior ao caminho de ferro da Beira Alta, em Vimieiro;
- i) passagem superior da estrada municipal n.º 634, estrada para Óvoa, em Vimieiro;
- j) troço da estrada nacional n.º 2, entre a passagem superior para Óvoa e a passagem inferior ao caminho de ferro da Beira Alta, em Vimieiro
- l) estrada nacional n.º 234, troço Barril - Santa Comba Dão, ponte sobre a ribeira de Breda; e ponte sobre o rio Criz;
- m) estrada nacional n.º 234 - 6, troço São João de Areias - Tábua, ponte sobre o rio Mondego;

Para além desta barragem estava ainda prevista a construção de uma outra a jusante da Aguieira, num local chamado Raiva, para aproveitamento das águas na produção de energia, graças a um sistema de recuperação das águas após a sua passagem pela Aguieira

A barragem do Alva estava primitivamente para ser feita próximo da Ponte de Mucela e do Mucelão, na freguesia de São Martinho da Cortiça. Porém, estudos técnicos posteriores acabaram

por indicar a vantagem de uma outra solução para a sua localização: no limite das Fronhas, entre as Fronhas e o Picadoiro, ou seja entre as freguesias de São Martinho da Cortiça e de Pombeiro, tudo no concelho de Arganil. Nesta solução a represa das águas estender-se-ia desde as Fronhas até próximo da ponte do Sarzedo, a cerca de 3 Km de Arganil.

Esta barragem seria ligada com a barragem da Aguieira através de um túnel de 8,2 Km, transferindo as águas do Alva para o Mondego para serem aproveitadas naquela barragem. O preço base da obra foi estimado em 360 mil contos, correspondentes a 350 mil contos para o túnel de derivação e os restantes 10 mil contos para a estrada de acesso e respectivo ramal¹⁰.

Em 1975 a nacionalização do sector eléctrico e a constituição, no ano seguinte, da *Electricidade de Portugal* - EDP, fez com que os trabalhos para o aproveitamento passassem a ser assegurados por esta empresa.

As obras de construção civil e de instalação e montagem de equipamento na barragem da Aguieira, que permitiam o início da produção de energia, estavam prontas em 1981, o que permitiu a sua entrada ao serviço em 1 de Outubro.

As obras na barragem da Raiva ficaram prontas em Dezembro de 1982, altura em que este aproveitamento iniciou a sua exploração em conjugação com a da Aguieira.

Finalmente, em 31 de Outubro de 1985, na sequência da conclusão dos trabalhos relacionados com a barragem das Fronhas, procedeu-se ao fecho das comportas das descargas e ao início de enchimento da albufeira¹¹, ligada, como foi atrás referido, à barragem da Aguieira por um túnel, para onde canaliza as águas do rio Alva.

Para além deste conjunto de aproveitamentos destinados a regularizar o rio Mondego no seu curso inferior, e que visam essencialmente só o seu leito, ou o aproveitamento dos seus afluentes, como é o caso do rio Alva, na barragem das Fronhas, mas neste caso muito próximo já do local em que os dois rios se encontram, algumas centenas de metros abaixo da barragem da Raiva, outros aproveitamentos foram construídos na bacia hidrográfica do rio Mondego.

Sem a grandeza e o impacto das atrás referidas – Aguieira, Raiva e Fronhas -, outros centros produtores foram instalados nesta bacia hidrográfica, três deles no próprio Mondego, outros dois na bacia do seu afluente Ceira, e os restantes no seu “mais aproveitado” afluente, o rio Alva.

O primeiro aproveitamento hidroeléctrico do rio Mondego foi instalado por Francisco Pinto Balsemão, um empresário têxtil da Guarda, que instalou uma pequena central nas margens do rio, no lugar do Pateiro, freguesia de Trinta, no concelho da Guarda. Esta central que serviu para abastecer de energia eléctrica a cidade da Guarda a partir de 1 de Janeiro de 1899, iniciou a sua produção em 20 de Novembro do ano anterior, nessa altura ainda só como força motriz para as instalações fabris

¹⁰ *A Comarca de Arganil*, n.º 7 816, de 5.ª, 28 de Setembro de 1978, p. 1.

¹¹ *Electricidade de Portugal, Relatório Técnico 85: Exploração - Construção*, EDP - Gabinete de Relações Públicas e Informação, [1986], p. 107.

do referido empresário¹². Posteriormente, com a constituição da *Empresa de Luz Eléctrica da Guarda, Lda*, em 1907 – de que fazia parte o mesmo empresário -, esta central passou a ser explorada por esta empresa. Esta situação manteve-se até 1951, ano em que a CEB comprou a empresa, passando ela a explorá-la¹³.

No início do século, em 1912, a vila de Celorico da Beira passou, também ela, a dispor de um aproveitamento no rio Mondego, a central de Pantaleão, localizada naquele concelho, muito à custa do empenhamento de um engenheiro espanhol Javier Sanchez Manteola que ali estando a fazer trabalhos de prospecção para uma empresa mineira, se disponibilizou a trabalhar para a Câmara local nos estudos e plantas necessários, sem qualquer contrapartida. A central foi explorada pela Câmara Municipal de Celorico da Beira até a concessão da distribuição naquele concelho passar para a *Empresa Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela*, em Junho de 1945, altura em que foi desmontada.

Também na bacia superior do rio Mondego foi instalado um aproveitamento de fins múltiplos, designado por Caldeirão, em 1994, pela EDP. Este empreendimento situado junto à cidade da Guarda, foi resultante de diversos interesses que, resolvidos de uma forma concertada, vieram satisfazer várias necessidades de utilização da água, em especial para o consumo doméstico, a produção de energia eléctrica, as actividades económicas locais, em particular a agricultura, e ainda o lazer e o combate a incêndios¹⁴.

Também no início dos anos 10, mas no rio Ceira, foi iniciada a exploração de uma central produtora, a fio de água, propriedade da centenária *Companhia do Papel de Góis*, de Ponte de Sotão, que com a energia nela produzida abastecia ainda a vizinha vila de Góis. Esta central esteve em exploração continuada até aos anos 80 tendo, nos últimos anos, sido objecto de obras de recuperação e modernização.

Também na bacia hidrográfica do rio Ceira, mas nas suas afluentes ribeiras de Sardeira, Candal e São João, no concelho da Lousã, foi instalada uma central a fio de água, pela *Padilha, Rebelo & C.ª, Lda* (mais tarde *Companhia Eléctrica das Beiras*), que iniciou a sua exploração em Dezembro de 1927. Esteve em exploração até finais dos anos 70, ficando numa situação de abandono até 1987 quando, por decisão da EDP, foi iniciado o seu processo de reabilitação o que permite que ainda hoje se mantenha em actividade.

No entanto o mais aproveitado afluente do rio Mondego foi o rio Alva. As primeiras centrais foram instaladas pela *Empresa Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela*, a primeira inaugurada em 26 de Dezembro de 1909 foi a Nossa Senhora do Desterro, tendo a segunda sido a central de Ponte de

¹² Sobre este aproveitamento ver Ilídio Mariz Simões, “A luz eléctrica na Guarda”, in *Pioneiros da Electricidade e outros estudos - Cadernos do Museu da Electricidade*, n.º 1, de 1997; e Jaime Alberto do Couto Ferreira e João José Monteiro Figueira, *A electrificação do centro de Portugal no século vinte*, s. l., EDP Distribuição, 2001, pp. 122-125.

¹³ A aquisição desta empresa por parte da *Companhia Eléctrica das Beiras* nesta altura, inscrevia-se na sua tentativa de chamar ao seu controle todos os aproveitamentos do rio Mondego, de forma a legitimar a sua pretensão de conseguir a concessão do seu aproveitamento.

¹⁴ Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, *Caldeirão, Agueira, Raiva*, s. l., CPPE – Direcção de Produção Hidráulica / Centro de Produção Tejo-Mondego, s. d., p. 9.

Jugais, inaugurada a 16 de Novembro de 1923 que se situava a jusante da primeira, ambas no concelho de Seia. Em 26 de Janeiro de 1937 a mesma empresa inaugurou a sua terceira central, Vila Cova, situada a jusante de Ponte de Jugais. Finalmente, em 18 de Março de 1947, foi inaugurado o último centro produtor desta empresa no rio Alva, a central do Sabugueiro¹⁵. Esta empresa foi, aliás, a responsável pelo pedido e obtenção da primeira concessão, por alvará régio de 25 de Setembro de 1908, do aproveitamento das águas do rio Alva.

Ainda no rio Alva, mas instalada pela *Hidro-Eléctrica de Arganil*, foi estabelecida uma central a fio de água, mas com um pequeno dique de cerca de 6 metros de altura, no lugar de Rei de Moinhos, concelho de Tábua, mas a cerca de 4 Km da vila de Arganil. Iniciou a sua exploração em 1932 que se prolongou até ao fim dos anos 70, quando o esgotamento do seu equipamento praticamente a paralisou¹⁶. Obras de remodelação efectuadas pela EDP no decorrer dos anos 80 permitiu a sua reabilitação e retorno à actividade que ainda hoje se mantêm.

Em Janeiro de 2002, a título experimental, mas a partir do mês seguinte definitivamente, a “*Hidroeléctrica de Avô*”¹⁷ iniciou a exploração do mais recente aproveitamento hidroeléctrico do rio Alva que instalou neste rio a jusante da localidade de Avô, do concelho de Oliveira do Hospital, a meio caminho entre esta povoação e a de Vila Cova do Alva, do concelho de Arganil.

Para além destes a bacia do rio Mondego foi ainda objecto de aproveitamento na cabeceira do seu afluente Ceira (e um seu pequeno afluente, o rio Ceiroco), aonde a CEB construiu, desde 1947 até inícios da década seguinte, um conjunto de pequenas barragens e açudes: a maior designada por “Alto Ceira” - perto da povoação do Porto da Balsa -, inaugurada em 15 de Fevereiro de 1950, cujas águas eram desviadas através de um túnel para a barragem de Santa Luzia, também daquela empresa, mas que estava instalada num afluente do rio Zêzere, o rio Pampilhosa; uma outra, chamada da “Castanheira” e ainda outra do “Tojo”, que captavam as águas das ribeiras da Castanheira e do Tojo, ambas afluentes do rio Ceira, também através de túneis para a barragem do “Alto Ceira”, donde eram por sua vez conduzidas para a barragem de Santa Luzia¹⁸.

Se todos estes aproveitamentos constituíram os exemplos “bem sucedidos” das realizações efectuadas na bacia hidrográfica do rio Mondego, outras tentativas houve, em alguns caso muito persistentes, que por razões diversas acabaram por não se concretizar, pelo menos nas suas versões originais. Merecem aqui todo o destaque as tentativas levadas a cabo pela CEB para obter o aproveitamento geral da bacia hidrográfica do rio Mondego.

¹⁵ Estas cinco centrais constituíram a base da produção da *Empresa Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela* ao longo da sua existência; no entanto, ainda explorou mais três centrais: a central de Riba Côa, no concelho de Almeida, a central do Pateiro, no concelho da Guarda (já atrás referida) e a central de Drizes, no concelho de São Pedro do Sul.

¹⁶ Sobre esta empresa ver João José Monteiro Figueira, *Empresa Hidro-Eléctrica de Arganil (1927 – 1978): contributo para a história da electrificação da Beira Serra* [Tese de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Janeiro de 1999] (Texto policopiado).

¹⁷ Não foi possível apurar se a designação da empresa é mesmo a que é indicada.

¹⁸ Este constitui o único caso, em toda a bacia hidrográfica do rio Mondego, em que águas dos seus afluentes são desviadas para outra bacia hidrográfica, no caso para a do rio Tejo de que o Zêzere é afluente, para onde corriam as águas conduzidas do «complexo do Alto Ceira» desviadas para Santa Luzia.

2. O rio Mondego e a *Companhia Eléctrica das Beiras*

A CEB foi constituída em Dezembro de 1934 a partir de outra empresa, a *Padilha, Rebelo & C.^a, Lda* na vila da Lousã. Foi desde os anos 30 até à sua nacionalização em meados dos anos 70, uma das mais importantes empresas privadas do sector eléctrico nacional. Começou como concessionária do concelho da Lousã mas foi alargando a uma vasta área do centro do país a sua influência, desde Coimbra à Guarda, Leiria, Fundão ou Tomar, só para referir algumas das suas concessões mais importantes.

O primeiro centro produtor de que dispôs foi o da Nossa Senhora da Ermida, já atrás referido, ainda nos anos 20. Cedo se tornou óbvia a insuficiência deste aproveitamento para servir toda a área da sua concessão, o que a levou a decidir-se pela sua transformação em companhia, proceder a um aumento de capital que lhe permitisse fazer frente às despesas de construção de novos aproveitamentos que tinha em vista. Por esta altura esta companhia apostava na construção do aproveitamento de Santa Luzia, também já referido, que entrou em exploração em Setembro de 1943, e que foi complementado por outros pequenos aproveitamentos que para esta barragem canalizavam as suas águas.

Aquele que tinha constituído a grande objectivo da CEB para a resolução dos seus problemas de abastecimento à sua rede de distribuição, numa altura em que no país eram poucos os recursos eléctricos capazes de socorrer esta companhia, para além da inexistência de redes de interligação entre os diversos centros produtores do país, também se revelou insuficiente. O facto de este aproveitamento se situar muito perto das cabeceiras dos cursos de água que aproveitava, deve ter diminuído a sua capacidade de retenção de água que ficava confinada à caída na bacia hidrográfica a montante dos aproveitamentos. Claramente reduzida, ainda por cima numa área do país com um regime de chuvas irregular.

Mesmo antes de estar concluído o aproveitamento de Santa Luzia, a CEB iniciou o processo de requerer licenças para efectuar estudos noutros cursos de água. Assim, em 25 de Novembro de 1941, requereu licença para estudo do aproveitamento hidroeléctrico de Asse - Dasse, próximo de Valhelhas, no rio Mondego, que lhe foi concedida no ano seguinte¹⁹.

Desde Abril de 1943 foram recolhendo informações sobre o regime das águas no alto Mondego para o seu aproveitamento. Nesse mesmo ano concluíram o levantamento da albufeira no Mondego e prosseguiram o levantamento de Asse - Dasse, albufeira do rio Quêcere, afluente do Mondego, também próximo de Asse - Dasse. O objectivo era concluir, ainda nesse mesmo ano, os estudos económicos daquele aproveitamento.

Em 1944, talvez por ter interligado a sua rede eléctrica com as da *Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo* e com a *Empresa Hidro-Eléctrica da Serra da Estrela*, a CEB não realizou grandes progressos nos estudos do rio Mondego. E nos anos seguintes também não, envolvida que estava no

¹⁹ *Diário do Governo*, II Série, de 22 de Outubro de 1942.

estudo do aproveitamento do Alto Ceira a que claramente a companhia, no final dos anos 40, foi dando prioridade.

Mesmo assim, em 15 de Agosto de 1945, requereu licença para estudo do aproveitamento conjunto das cabeceiras do Mondego e do Zêzere, que lhe seria concedido dois anos depois²⁰. Mas para melhor entender as prioridades da companhia cite-se o Relatório da CEB, de 1949: "... tendo necessidade urgente de fazer executar obras imperiosas de electrificação com as indispensáveis sub-estações, aparelhagem adequada e linhas de interligação, lutando com falta de receitas e com as apertadas restrições das normais e correntes facilidades de crédito para obras de reconhecido e indiscutível valor económico, fomos forçados a suspender todos os trabalhos em curso, exceptuando os das obras do aproveitamento do Alto Ceira e seus afluentes por representarem para a CEB o futuro e seguro alívio de maiores preocupações por falta de água em anos de escassas chuvas"²¹.

Entretanto, em Novembro de 1948, adquiriu a *Empresa de Luz Eléctrica da Guarda*, o que lhe conferiu a posse do aproveitamento do Pateiro, à época o único aproveitamento hidroeléctrico de serviço público existente no curso do rio Mondego. A incorporação da área de concessão detida por esta empresa efectuou-se em 20 de Abril de 1951. Alguns meses antes, a 10 de Agosto de 1950, em virtude da aquisição atrás referida, foi possível ao Governo fazer a concessão da licença para o estudo do aproveitamento hidroeléctrico de Vila Soeiro, no concelho da Guarda e ao mesmo tempo que transferia para seu nome o referido aproveitamento do Pateiro²².

Em 8 de Abril de 1952 foi apresentado o projecto do aproveitamento hidroeléctrico da ribeira do Caldeirão, afluente do Mondego, na central de Vila Soeiro, no concelho da Guarda. Em espera continuava o pedido de concessão do aproveitamento hidroeléctrico integral das cabeceiras dos rios Zêzere e Mondego, cujo projecto tinha sido entregue na Direcção Geral dos Serviços Eléctricos em 9 de Outubro de 1949.

Nesta altura já a obtenção do aproveitamento do rio Mondego era a prioridade da *CEB*. Já terminadas as obras do complexo de Santa Luzia, a companhia vira-se para aquele que ao longo dos anos seguintes seria o seu grande – único ? -, objectivo.

O Relatório de 1953 fazia eco desse mesmo interesse: "Continuamos a aguardar o deferimento dos pedidos que apresentámos às Entidades Oficiais, para solução dos problemas ... temos por isso continuado a insistir junto das Entidades Oficiais pela satisfação dos nossos pedidos, pois continuamos a sentir que são do maior interesse para a CEB e para a economia da Nação, em qualquer dos aspectos por que se apreciem, distribuição e produção. Assim

a) precisamos da concessão com declaração de utilidade pública da linha a 40kv, de Tortozendo a Vila Soeiro;

²⁰ *Diário do Governo*, II Série, de 9 de Outubro de 1947.

²¹ *Companhia Eléctrica das Beiras, Relatório e Balanço da Companhia Eléctrica das Beiras – 1949*.

²² *Diário do Governo*, III Série, de 18 de Outubro de 1950.

b) precisamos da concessão do aproveitamento do Caldeirão, no Mondego, dentro do concelho da Guarda²³.

A pressão sobre os agentes políticos também se fez sentir. Em 30 de Dezembro de 1954, ao ser recebida pelo Ministro das Obras Públicas, a Direcção da CEB solicitou a apreciação rápida daqueles projectos e a outorga das respectivas concessões, sendo então informada de que o Governo só concederia concessões, no rio Mondego após um estudo completo do aproveitamento daquele rio para fins múltiplos.

Para fazer frente a este desafio a CEB procurou ganhar tempo, por um lado mantendo a pressão para a obtenção das concessões, mas por outro realizar os estudos necessários para poder requerer o aproveitamento geral do rio Mondego. Argumentava a companhia ser do seu interesse o aproveitamento hidroeléctrico do rio Mondego por ser:

- concessionária na zona central do País;
- possuir a única central hidroeléctrica de serviço público existente no rio Mondego;
- possuir alvará de licença para o estudo de aproveitamentos eléctricos nesse curso de água²⁴;

O desfile de argumentos continuou, apelando ao *sentimento* e ao *bairrismo*: “Desde 1941 que os Serviços Técnicos da CEB estudam carinhosamente o aproveitamento do rio Mondego, tendo efectuado estudos originais sobre a utilização integral das suas águas, que julgamos merecedores do maior interesse ... o Mondego é um rio inteiramente beirão, que banha Coimbra, capital das Beiras e do Centro do País. A CEB tem a sua zona de acção nesse Centro e é a única Empresa produtora de energia eléctrica com Sede na cidade de Coimbra²⁵”.

Integrando-se, como lhe competia, na orientação geral para o aproveitamento do rio Mondego, a CEB remodelou e ampliou os seus projectos de Asse – Dasse e Vila Soeiro e completou os seus estudos, alargando-os a toda a bacia do Mondego e, tendo em vista os múltiplos fins a satisfazer com o aproveitamento das suas águas, elaborou e apresentou, em 21 de Março de 1957, o «Esquema Geral para o aproveitamento do rio Mondego» para fins múltiplos, que incluía os escalões de Asse - Dasse, Vila Soeiro, Girabolhos, Ervedal, Foz do Dão e Alva. Este esquema foi completado por dois aditamentos em 12 de Setembro e 21 de Outubro seguintes.

Como objectivos principais deste «Esquema», o plano de obras a realizar na bacia do rio Mondego previa o estabelecimento de seis escalões e, para além disso, permitia ainda entregar um importante caudal de estiagem que tornaria possível a rega dos campos marginais do Mondego desde a Guarda à Figueira da Foz e, se necessário, dos de Cantanhede ao Vouga. Para além disso permitia ainda uma grande capacidade de armazenamento nas suas albufeiras para a regularização das cheias que afectavam os campos situados a jusante de Coimbra.

²³ Companhia Eléctrica das Beiras, *Relatório e Balanço da Companhia Eléctrica das Beiras – 1953*.

²⁴ Companhia Eléctrica das Beiras, *Relatório e Balanço da Companhia Eléctrica das Beiras – 1955*.

²⁵ Companhia Eléctrica das Beiras, *Relatório e Balanço da Companhia Eléctrica das Beiras – 1956*.

A CEB entendia agora ser praticamente impossível ao Governo não lhe atribuir o aproveitamento do rio Mondego, não só pelos argumentos de natureza afectiva, que ligavam a empresa a esta região mas, e principalmente, por apresentar um Plano revelador do seu profundo conhecimento do rio Mondego, aonde realizava estudos diversos desde 1941, contando já com a medição sistemática dos caudais durante anos e com as observações pluviométricas.

Os anos seguintes foram de intensa pressão por parte da CEB para com os agentes políticos mobilizando, nesse sentido, toda a sua influência na região. Não deixaram, contudo, de prosseguir com os estudos no rio Mondego, como é observável no Quadro I.

QUADRO I - Despesas com novos aproveitamentos: 1944-1974

Ano	Valor (em escudos)	Ano	Valor (em escudos)
1944	449 622\$06	1960	6 397 126\$70
1945	182 529\$56	1961	9 310 784\$06
1946	333 368\$11	1962	11 664 922\$93
1947	1 465\$00	1963	13 712 365\$97
1948	107 786\$07	1964	15 309 088\$58
1949	107 031\$05	1965	17 007 494\$31
1950	18 015\$80	1966	18 489 959\$94
1951	17 161\$15	1967	19 770 380\$96
1952	17 940\$19	1968	20 652 268\$41
1953	18 128\$50	1969	21 338 431\$22
1954	27 069\$16	1970	21 692 285\$44
1955	54 238\$40	1971	21 959 226\$74
1956	63 136\$35	1972	22 203 953\$28
1957	2 535 890\$16	1973	22 440 385\$58
1958 (A)	3 758 251\$89	1974	22 556 015\$27
1959	5 461 042\$84		

NOTA - A: A partir de 1958, os valores indicados são acumulados.

FONTE: *Relatórios da Direcção, Balanço e Parecer do Conselho Fiscal, da Companhia Eléctrica das Beiras (1944 a 1974).*

Em 1959, a 16 de Março, a CEB entregou o «Plano Geral para o aproveitamento dos recursos hidráulicos do rio Mondego», no qual foram considerados todos os objectivos que era suposto satisfazer com o aproveitamento das suas águas: produção de uma apreciável quantidade de energia; regularização de cheias; fornecimento de água para a irrigação dos campos do Mondego (10 000 hectares) e dos de Cantanhede ao Vouga (35 000 hectares); retenção dos caudais sólidos, e

abastecimento de água para usos domésticos e pequeno regadio local, a meio milhão de habitantes de 21 concelhos da região das Beiras.

Ao longo do ano seguinte prosseguiram com os estudos de reconhecimento geológico dos locais aonde pretendiam instalar algumas das barragens, na parte baixa do rio, e a reestruturação do projecto do escalão de Girabolhos, este entregue em Janeiro de 1961. Para além disso prosseguiram os trabalhos e estudos relativos ao escalão de Asse - Dasse, considerado o mais importante aproveitamento de todo o sistema do Mondego.

O ano de 1961 adquire ainda uma relevância especial por a CEB, no seu Relatório anual, e na continuação do programa de trabalhos, fazer referência ao reconhecimento geológico dos dois locais de barragens no Baixo Mondego: Dão e Caneiro. Acrescentava ainda que “baseado neste reconhecimento geológico – que implicou a realização de prospecções geofísicas muito completas e a execução de 1 050 metros de sondagens, a perfuração de 365 metros de galerias e a abertura de 730 metros de trincheiras – elaborámos um novo projecto de aproveitamento desta zona do rio ... apoiado num conhecimento bastante perfeito da geologia dos terrenos, este projecto será um padrão seguro para a definição as solução mais conveniente para o Baixo Mondego, nomeadamente a geologia, não são, ao que nos consta, muito favoráveis”²⁶.

Isto significava que a barragem da Aguieira, mais tarde assim designada, não seria possível construir aonde efectivamente o veio a ser posteriormente. Este “falhanço” anunciava já o resultado final das pretensões da empresa. Para mais, em Agosto desse mesmo ano, a CEB tinha tido conhecimento das pretensão da *Hidro-Eléctrica do Zêzere*, que tinha requerido a concessão do estabelecimento e exploração do aproveitamento da Aguieira. Face a esta nova situação, a CEB decidiu vender a sua participação naquela empresa, de que era sócio fundador, como forma de repúdio por aquela atitude.

No decorrer de 1962 foram entregues mais dois projectos: em 23 de Janeiro, o referente ao escalão de Girabolhos, no Médio Mondego; e em 8 de Novembro, o projecto do escalão de Caneiro-Dão, no Baixo Mondego. Continuavam ainda os estudos do escalão de Asse - Dasse. Mas o Governo continuava a não dar uma resposta ou a tomar qualquer outra decisão.

Já em 1963 alguns progressos foram feitos pelo Estado no sentido da tomada de uma decisão. O Ministro das Obras Públicas homologou o parecer, emitido em 29 de Março desse ano, pelo Conselho Superior de Obras Públicas, que considerava merecedor de aprovação o Plano Geral do Mondego, não o elaborado pela CEB, mas o elaborado pela Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos. Também teve início a apreciação, pelo Conselho Superior de Obras Públicas, do parecer (o n.º 3 232) sobre os aproveitamentos da Aguieira e do Caneiro - Dão, com vista à escolha do mais conveniente para o Baixo Mondego. Em 24 de Novembro de 1963, o Governador Civil de Coimbra promoveu uma reunião em Coimbra, em que “estiveram representadas as forças vivas do Distrito”, donde resultou a constituição da «Comissão de Desenvolvimento Económico - Social do Distrito de

Coimbra». Finalmente, em reunião realizada em Coimbra com o Ministro das Obras Públicas, conseguiu a CEB a informação de que o aproveitamento do rio Mondego se iniciaria na vigência do Plano Intercalar de 1965-1967 e ainda que, no Mondego, “haveria lugar para aqueles que devotadamente se haviam dedicado ao seu estudo”.

No ano de 1964 foram feitos alguns progressos: o parecer atrás referido foi efectivamente discutido, e o aproveitamento do Mondego foi efectivamente incluído no Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967. Só que o parecer analisado apontava para a construção da Aguieira e não do aproveitamento de Caneiro-Dão, solução proposta pela CEB. Os argumentos da CEB, em favor da solução Caneiro-Dão, eram os seguintes:

a) não inundava a localidade de Foz do Dão nem os seus terrenos, ao contrário da Aguieira, o que dava origem a um problema social delicado para além de submergir a Ponte Salazar;

b) tinha fundações suficientemente reconhecidas, que não apresentam problemas especiais, ao passo que na Aguieira o terreno era de má qualidade e parcialmente ainda não conhecido;

c) o custo devia ser mais baixo, não contando com os eventuais problemas com as fundações dos terrenos da zona da Aguieira e ao facto de se tratar de uma estrutura de tipo ainda não construído em Portugal.

O assunto foi sendo protelado até que, em 6 de Maio de 1966, o Conselho Superior de Obras Públicas se pronunciou a favor da entrega das concessões do Mondego a uma empresa da rede primária. Previsivelmente seria a *Hidro-Eléctrica do Zêzere* a escolhida.

A CEB recebeu a notícia entre a surpresa e o sentimento de injustiça, uma vez que entendia como natural que aquela concessão lhe fosse feita, visto ser a única detentora de estudos do rio Mondego, que levava a efeito durante mais de duas décadas, o que lhe dava um conhecimento privilegiado sobre este rio.

No início de 1967 a CEB apresentou uma petição de recurso do despacho do Ministro das Obras Públicas e do Secretário de Estado da Indústria, ao Supremo Tribunal Administrativo, que conferia à *Hidro-Eléctrica do Zêzere* os estudos para completar o inventário dos recursos hídricos do rio Mondego²⁷, mas ainda não lhe conferia a concessão do seu aproveitamento.

Para além disso a CEB procurou pressionar as entidades oficiais de uma outra forma: entregando, em 1 de Fevereiro de 1967 o projecto definitivo e actualizado do aproveitamento de Vila Soeiro, no rio Mondego. Não obteve resposta.

O III Plano de Fomento incluiu, sem o dotar, o aproveitamento do Baixo Mondego. Posteriormente foi atribuída uma verba de 38 000 contos, mais tarde reduzida, primeiro para 18 000 contos e depois para os 13 000 contos, para os estudos complementares destinados à construção da barragem da Aguieira.

²⁶ Companhia Eléctrica das Beiras, *Relatório e Balanço da Companhia Eléctrica das Beiras – 1961*, pp. 6-7.

²⁷ A concessão deste aproveitamento hidroeléctrico viria a ser dada à *Companhia Portuguesa de Electricidade* - que resultou da fusão das empresas da rede primária -, pelo decreto-lei n.º 343/71.

Nos dois anos seguintes a concessão do aproveitamento do rio Mondego continuou por atribuir, à CEB ou a qualquer outra, mas precavendo-se a CEB da eventualidade, cada vez mais previsível, de não lhe ser feita a concessão pretendida, elaborou um plano, a longo prazo, para ir diversificando a sua actividade empresarial, pois o futuro das empresas eléctricas que não faziam parte da rede primária apresentava-se cada vez menos promissor. No seguimento desta orientação funda a *Sociedade de Produtos Alimentares do Centro, SARL - Proalimentar*, e aumenta a sua participação na *Aglom*²⁸, empresa de aglomerados de madeira, de Oliveira do Hospital.

Em boa hora tomou estas decisões, pois, nesse mesmo ano de 1969 foi feita a adjudicação das concessões do rio Mondego, a que imediatamente se seguiu a constituição da *Companhia Portuguesa de Electricidade*. Em 10 de Agosto de 1971 foi publicado o decreto-lei 343/71²⁹, pela qual era adjudicada à *Companhia Portuguesa de Electricidade*, a concessão do aproveitamento hidroeléctrico do rio Mondego. O anteprojecto da barragem de Asse-Dasse entregue pela CEB no ano anterior, em 1970, tinha sido o último esforço para “sensibilizar” o Estado para a sua causa. Derradeiro e infrutífero.

Face a esta decisão finalmente tomada, e em seu desfavor, não restou outra alternativa à CEB minorar os “estragos”. Assim que foi conhecida a atribuição da concessão do aproveitamento do rio Mondego à *Companhia Portuguesa de Electricidade*, a CEB entrou em contacto com a administração daquela empresa, que se mostrou receptiva à negociação de um acordo amigável sobre a indemnização a pagar à CEB pelas despesas que tivera nos seus estudos daquele rio. As negociações decorreram ao longo dos anos seguintes sem que tivesse podido apurar um valor.

A nacionalização do sector eléctrico em 1975, que abrangeu quer a *Companhia Portuguesa de Electricidade*, quer a *Companhia Eléctrica das Beiras*, veio interromper essas negociações, passando esse assunto a ser problema interno da nova companhia resultante da fusão de todas as companhias nacionalizadas, a *Electricidade de Portugal – EDP*.

Os projectos previstos para o rio Mondego foram concretizados os já atrás referidos. De fora, até hoje, está o aproveitamento das águas para rega dos campos de Cantanhede ao Vouga, projecto mais significativo de todo o Plano, e nunca realizado.

A *Companhia Eléctrica das Beiras* e o aproveitamento hidroeléctrico do rio Mondego é assim uma “história não consumada”.

Conclusão

A importância e expectativas à volta do aproveitamento hidroeléctrico do rio Mondego foram, ao longo do século XX, empoladas devido ao empenhamento regional e aos interesses que satisfaria, quer industriais quer agrícolas.

²⁸ Esta empresa, hoje com a designação SOMIT, pertence ao Grupo Sonae.

²⁹ *Diário do Governo*, I Série, de 10 de Agosto.

Apesar de ser incontornável a sua importância no contexto regional e nacional, até pelo carácter de ser um aproveitamento para fins múltiplos, não mereceu dos centros de decisão políticos a atenção correspondente. Se exceptuar-mos o rio Guadiana de que só agora se começa a tirar partido, porventura tarde demais, o Mondego foi sendo sucessivamente preterido em detrimento dos outros dois grandes rios nacionais, o Tejo e o Douro. O primeiro aproveitado desde o início dos anos 50 destinava-se a resolver os problemas energéticos de Lisboa, e o segundo já com preocupações de âmbito nacional, procurava criar um sistema produtor que permitisse o abastecimento energético ao desenvolvimento industrial do País e, por outro lado, resolver as dificuldades energéticas do Porto e Norte do País. Nenhum deles teve aproveitamentos de fins múltiplos, para produção de energia e armazenamento de água para rega, por exemplo.

O Mondego, e se excluir-mos os projectos iniciais, foi desde cedo pensado para fins diversos: regularização do rio, produção de energia, abastecimento domiciliário e rega. Só por isso ter-se-ia justificado, muito mais cedo do que veio a acontecer, o seu aproveitamento. Embora os projectos da CEB não tivessem sido desde o início muito ambiciosos, ou melhor, não incluïrem outro aproveitamento que não para a produção de energia, também é verdade que os sucessivos e continuados investimentos realizados mereceriam outra atenção. Ou pelo menos mais celeridade.

A demora nas tomadas de decisão sobre o aproveitamento do rio Mondego, recorde-se que entre o primeiro pedido feito pela CEB e a atribuição da concessão do seu aproveitamento, passaram 30 anos (1941-1971), contribuiu, porventura irreversivelmente, para o atraso da região potencialmente beneficiada. A corroborar esta apreciação, refira-se que o projecto objecto da concessão previa também a condução das águas deste rio para regar os campos de Cantanhede ao Vouga, que nunca se concretizou.

A demora na tomada de decisões sobre o rio Mondego invalidou muitas das possibilidades que pretendia satisfazer. Num País aonde as iniciativas ambiciosas, como o era o aproveitamento do Mondego o era, acabou, em grande medida, por ser um projecto falhado, apesar de cumprir bastante satisfatoriamente alguns dos objectivos para que foi criado: a regularização do caudal, o controle das cheias e a produção de energia. Porventura o objectivo mais deficitário de todo o complexo de aproveitamento deste rio seja a rega das terras, que fica muito aquém do ambicionado.

Fontes e Bibliografia:

- Abreu, Álvaro da Piedade, *Aproveitamento hidráulico da bacia do Mondego* (Parecer da 15.^a Secção do Conselho Superior de Agricultura), Coimbra, s. e., 1964 [Separata da revista *Pela Terra*].
- 90.^o Aniversário da fundação da EHESE – Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela, 1909 – 1999, s. l., Câmara Municipal de Seia, 1999.
- Barata, José Fernando Nunes, *O aproveitamento do Mondego e o desenvolvimento regional*, Coimbra, Edição da Comunidade Distrital de Coimbra, 1962.
- A Comarca de Arganil*, diversos números (anos 40 a anos 70).
- Companhia Eléctrica das Beiras, *Aproveitamento do rio Mondego*, s. l., [Coimbra], 1965.
- Companhia Eléctrica das Beiras, *Aproveitamento do rio Mondego* (Correspondência trocada com a Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos sobre o projecto do aproveitamento de Vila Soeiro), s. l., [Coimbra], 1967.
- Companhia Eléctrica das Beiras, *Aproveitamento do rio Mondego. Direitos das empresas privadas aos aproveitamentos hidroeléctricos que requereram e estudaram ao abrigo da lei*, s. l., [Coimbra], 1967.
- Companhia Eléctrica das Beiras, *Livros de Actas da Direcção*, n.º 1 a n.º 5 (1934- 1975).
- Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, *Caldeirão, Aqueira, Raiva*, s. l., CPPE – Direcção de Produção Hidráulica / Centro de Produção Tejo-Mondego, s. d..
- Dias Jaime Lopes, *Coimbra e as Beiras*, Coimbra, Publicações da Sociedade de Defesa e Propaganda de Coimbra, 1959.
- Diniz, Aires Antunes, *As Beiras*, Coimbra, Edição do Autor, 1983.
- Duarte, Maria Marilene Calçada, *A central hidroeléctrica da Ermida*, s. l., EDP – Electricidade de Portugal, AS / Direcção Operacional de Distribuição Centro, 1993.
- Electricidade de Portugal, *Relatórios Técnicos: Exploração – Construção*, 1976 a 1986.
- Figueira, João José Monteiro, *Empresa Hidro-Eléctrica de Arganil (1927 - 1978): contributo para a história da electrificação da Beira Serra* [Tese de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Janeiro de 1999] (Texto policopiado).
- Ministério das Obras Públicas - Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, *Aproveitamento hidráulico do Rio Mondego*, Vol. I. Síntese, Lisboa, Ministério das Obras Públicas, 1962.
- Rede Eléctrica*, n.º 13, de Julho de 1981, pp. 1 e 45; e n.º 41, de Maio de 1984, pp. 1 e 45.
- Themido, António José Hall; Silveirinha, Rui Jorge Cruz – “O aproveitamento do rio Mondego” (Comunicação ao X Congresso Beirão, realizado em Coimbra em Setembro de 1965), Separata do *Arquivo Coimbrão*, Vols. XXI-XXII, Coimbra, 1965.
- Trevim*, n.º 549, de 26 de Dezembro de 1991, pp. 1 e 10.